

As idéias no lugar

O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX

Lia Osório Machado



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabilis/298>

DOI: 10.4000/terrabilis.298

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 julho 2000

ISSN: 1519-1265

Referência eletrónica

Lia Osório Machado, « As idéias no lugar », *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 15 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabilis/298> ; DOI : 10.4000/terrabilis.298

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 novembro 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

As idéias no lugar

O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX¹

Lia Osório Machado

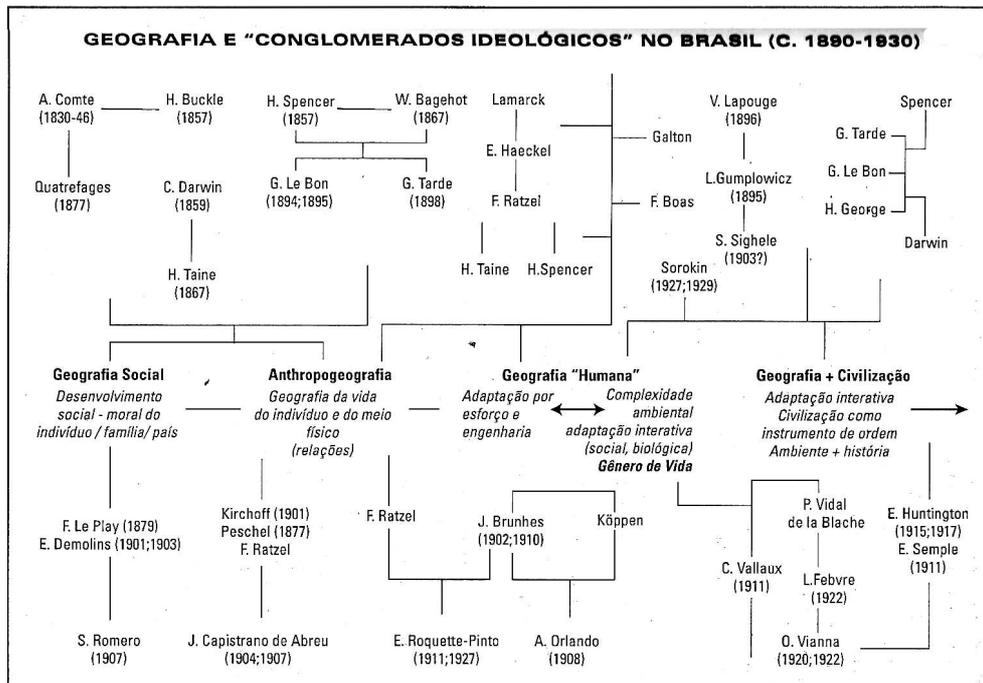
A Milton Santos,
por ler conseguido, em empreitada quase solitária, recolocar o pensamento geográfica no
pensamento social do país

- 1 Idéias geográficas modernas foram introduzidas no Brasil no contexto de um acirrado debate sobre a natureza do ambiente social, institucional e físico do país. Tratava-se da questão de modernizar uma sociedade profundamente hierarquizada e conservadora, em pleno processo de adaptação às mudanças responsáveis pelo fim do sistema monárquico e da escravidão.
- 2 As batalhas verbais não seguiam linhas de argumentação muito claras, a mobilidade na posição de "conservadores" e "progressistas" sendo freqüente. Grosso modo, os conservadores argumentavam que o fim do antigo sistema e o estabelecimento do regime republicano ameaçavam a estabilidade sócio-institucional do país, abrindo caminho para a secessão territorial, para o conflito social, e pior, para a democracia de massa. Idéias que alimentassem o conflito com a antiga ordem poderiam ampliar o descontentamento social e agravar as disparidades regionais. Para a corrente "progressista" os perigos da modernização poderiam ser evitados ou contidos pela adoção de teorias sociais reformistas e pela elaboração de uma ideologia unificadora ele fundação do estado-nação. Embora a introdução de idéias geográficas possa ser atribuída aos intelectuais que compartilhavam a crença na filosofia do progresso, o processo de adoção dessas idéias mostra uma coalescência com aspectos críticos do pensamento conservador. O período que nos interessa aqui cobre as quatro décadas que se seguiram ao início da Primeira República, no decorrer das quais ondas sucessivas de idéias geográficas foram apreendidas do exterior e traduzidas de forma peculiar, adequando-se às condições intelectuais e materiais do país.

O lugar do pensamento geográfico moderno

- 3 No fim do século XIX, a vida intelectual no Brasil pode ser descrita como provinciana e predominantemente dependente dos centros estrangeiros de difusão. Em outras palavras, as idéias circulavam em mão única. Não existiam universidades, apenas as escolas de medicina, direito e engenharia, e a cultura erudita provinha da formação portuguesa ou de fontes francesas, italianas, alemãs e anglo-saxônicas. A especialização intelectual era mínima, o intelectual pouco mais do que um especialista em generalidades, inclinado à uma descrição idealizada de sua missão na sociedade. A ansiedade e a curiosidade que porventura o motivassem encontravam sua forma de expressão na evocação retórica de idéias, muito mais elo que na pesquisa empírica ou no discurso metódico.
- 4 Essa avaliação pouco lisonjeira porém realista da vida intelectual no início do regime republicano tem marcado o histórico das idéias "modernizadoras" no Brasil até os dias atuais. Ainda hoje é comum a acusação de que cientistas sociais do passado e do presente - contínua e erradamente - aplicam idéias que são não só estrangeiras mas nocivas à situação interna em virtude de seu desprezo pelo país tal como este se apresenta. Existe uma verdade qualificada nessa afirmação, se tomada como descrição de um certo tipo de comportamento. Por outro lado, a presunção detrás desse tipo de crítica, ou seja, de que a vida intelectual é independente dos conflitos internos, e de que os intelectuais são capazes de uma autonomia conceptual e de originalidade qualquer que seja a condição concreta da sociedade que os produziu, é, no mínimo, bastante discutível.
- 5 A necessidade de lidar com o problema do espaço, ou melhor com indivíduos num espaço ainda não moldado pela civilização moderna, rapidamente se transformou numa questão maior para muitos reformistas. A questão não foi imediatamente relacionada à geografia e sim às muitas teorias sociais e ideologias científicas de progresso do século XIX. Por conseguinte, quando as idéias geográficas modernas começaram a circular, elas o fizeram como parte de conglomerados ideológicos, já estabelecidos no lugar.
- 6 Na figura 1, para facilitar a apresentação, os "modelos-fonte" do pensamento geográfico que circulavam no Brasil entre 1889 e 1930, estão dispostos em forma linear e não na forma em rede, mais realista.

Figura 1 : Geografia e «Conglomerados ideológicos» no Brasil (c. 1890-1930)



- 7 Na parte inferior do diagrama foram localizados os intelectuais brasileiros aos quais atribuímos a responsabilidade maior de difusão de cada "modelo", seguido pelo ano da publicação de seu escrito. Todos eram funcionários públicos, próximos à elite governamental, e um deles, Oliveira Viana, teve, mais tarde, um papel preponderante na ditadura de Vargas (1937-1945). Os geógrafos estrangeiros que eles tornaram como referência foram também inseridos, seguido pelo ano da publicação do trabalho que assumimos ser a fonte principal tendo em vista que referências bibliográficas são raras nas publicações do período.
- 8 Na parte superior do diagrama, os modelos-fonte geográficos estão conectados a alguns dos conglomerados ideológicos identificados. Estes estão representados pelo nome dos principais autores das idéias identificadas nos textos dos brasileiros, independente de serem nomeados ou não pelo autor; em seguida está a data da fonte provavelmente utilizada no Brasil.
- 9 A interpretação proposta aqui é, primeiro, que os modelos-fonte de pensamento, geográficos ou não, foram usados como guias, de modo a sugerir idéias para lidar com uma situação social complexa e, segundo, que estas idéias foram usadas como uma espécie de caixa de ressonância, tanto por conservadores e progressistas, à medida que eles se organizavam em torno de uma agenda de modernização. Que a discussão dos problemas internos tivesse que ser deslocada para o terreno intelectual estrangeiro indica quão tênue era o domínio dos intelectuais sobre as duras realidades do país.
- 10 No curso de reinterpretar (ou "situar no lugar") os modelos-fonte, e de estabelecer o modelos-meta de modernização interna, alguns "mecanismos" de correspondência propiciaram a tradução das idéias, ao estarem presentes num e noutro tipo de modelo (HOLLAND, 1998). No que se refere ao pensamento geográfico, minha proposta, é que três "mecanismos" possibilitaram essa tradução: gradualismo, a adaptação e o essencialismo. Nas seções seguintes, um breve relato da construção desse modelo será apresentado.

A aproximação gradual à mudança: a “geografia social” (é possível mudar sem desordenar?)

- 11 ,Dentre as muitas teorias do progresso disponíveis na época, o positivismo, o “spencerianismo” e as teorias raciais tiveram todos efeitos marcantes na vida intelectual e na concepção de políticas reformistas. As idéias políticas derivadas dessas teorias, principalmente aquelas com matizes psicológicos e médicos (Hippolyte Taine, Gustave Le Bon, Gabriel Tarde), também foram proeminentes.
- 12 É a proposta de uma política de mudança gradual e “ordenada” da sociedade brasileira, inspirada na “ciência positiva”, que vinculamos a introdução de um pensamento geográfico genericamente denominado de “geografia social”. Desde a década de 1870, os problemas internos do país levaram muitos intelectuais “progressistas”, à filosofia positiva de Auguste Comte e, mais tarde, de Emile Littré (COSTA, 1956). Ativistas republicanos e anti-escravistas identificaram na crítica comtiana à Igreja Católica Romana, à escravidão e à monarquia, sua própria agenda de mudança. Por outro lado, o princípio positivista de que o progresso seguia leis naturais de evolução também seduziu aos conservadores, assim como o seu corolário, a manutenção da hierarquia e da ordem. Em contraposição aos outros países latino-americanos, onde o positivismo foi associado aos movimentos “revolucionários” de mudança (NACHMAN, 1977), o positivismo no Brasil reforçou uma aproximação gradual aos processos de modernização.
- 13 As idéias geográficas de Frédéric Le Play e de seu discípulo, Edmond Demolins, ambos entusiastas do método positivista, foram primeiro aplicadas à situação brasileira por um dos mais influentes intelectuais da época, Silvio Homero (1851-1914). Advogado, crítico literário e ensaísta político, Romero se debateu durante toda a vida com a questão das condições raciais e ambientais do progresso. Isso o levou a procurar subsídios nos escritos de Hippolyte Taine e de Henry Buckle, ambos simpatizantes do positivismo.
- 14 Romero aceitou a avaliação negativa que Buckle fez do habitat tropical para o desenvolvimento de uma sociedade civilizada, mas apenas no sentido de que o esforço dos habitantes teria que ser muito maior, de modo a superar as restrições do meio físico. Mesmo assim, Romero salientava que Buckle estava mal informado sobre a geografia e o clima do Brasil, o que não o surpreendia, tendo em vista que a classe dominante brasileira e seus colegas intelectuais também ignoravam a diversidade ambiental e os problemas reais do país. A classe dominante não era melhor do que um bando de parasitas, vivendo às custas do Estado, e os intelectuais recusavam-se a olhar “para dentro”, assumindo uma perspectiva urbana que era enganadora face ao caráter rural da maior parte da população brasileira.
- 15 No entanto, por volta de 1890, Romero havia se tornado um fervoroso adepto do “spencerianismo”². As leis evolutivas de Spencer, escreveu Romero em Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil (1.895), privilegiavam as condições “internas” (orgânicas) de mudança, ao contrário das leis positivas, fundamentadas no ponto de vista “externo” (leis naturais), que favoreciam o pensamento conservador. A teoria evolutiva e orgânica do sociólogo inglês mostrava o caminho para o progresso econômico: a reforma ordenada, liderada pela indústria, geraria maior diferenciação e laços orgânicos mais estreitos, ao mesmo tempo que desenvolveria funções especializadas e ações integradas dos grupos sociais. Além disso, na crítica spenceriana ao Estado,

Romero encontrou apoio para uma de suas idéias favoritas, a necessidade da reforma do Estado brasileiro.

- 16 Aqui cabe um comentário. Um dos aspectos mais importantes do pensamento de Spencer, aquele que o aproximou do pensamento de Darwin - a noção de que o "mecanismo" fundamental no processo evolutivo das sociedades modernas era a competição - não foi incorporada por Romero (e por nenhum dos "spencerianos" brasileiros) com o mesmo nível de importância. Como explicar essa curiosa atitude, compartilhada, aliás, por progressistas e conservadores, e que os levou a apoiar um processo gradual de mudança sob a tutela do Estado, exatamente para evitar os "males da competição"?
- 17 Uma resposta possível seria a falta de confiança num povo recém ingresso de uma organização de trabalho escravocrata, e o seu contraponto, a falta de confiança neles próprios, separados (e protegidos) da massa pelos privilégios outorgados pelo Estado; outra resposta poderia ser a ausência na sociedade brasileira do que Alexandre Koyré denomina de "maquinismo", isto é, a máquina como realidade humana e social mais do que realidade técnica, levando à uma perspectiva idealista do comportamento social.
- 18 Por outro lado, entre o positivismo e o spencerianismo existem semelhanças conceituais, em geral pouco reconhecidas. O antiestatismo, por exemplo, que ajudou Spencer a defender seu pleito a favor do individualismo, também pode ser lido como a necessidade de uma orientação autoritária e mesmo coercitiva do corpo social (SCHLANGER, 1971: 167), uma possibilidade que aproxima os spencerianos do Estado tutorial defendido pelos positivistas. Outro ponto de interseção pode ser uma certa convergência entre os sistemas classificatórios evolucionista e positivista, expressa no papel da ordem hierárquica na evolução social (TOHT, 1989:359).
- 19 No O Brasil Social (1907), Romero começa com uma discussão breve e retórica do método de Le Play de análise multiescalar, e de sua pertinência para a situação brasileira. Em seguida propõe dividir o país em onze zonas sócio-geográficas de acordo com a "natureza do trabalho" de seus habitantes. A conclusão é pessimista, pois em cada zona as atividades econômicas romperam os laços familiares e não conseguiram organizar a mão de obra. O meio natural não ajudava, punindo aos que trabalhavam e gratificando aos ociosos. A sociedade brasileira era uma *société à formation communautaire ébranlée*, que evoluiu de uma organização familiar patriarcal-absolutista (colonial) para famílias patriarcais desorganizadas. Para explicar as causas dessa evolução nefasta, Romero introduz as idéias de Spencer: o processo de instabilidade crescente era consequência de um sistema fundiário hereditário muito amigável, que havia deixado intacta a estrutura social oligárquica. A abolição da escravidão só havia agravado a instabilidade e a desordem, ao abandonar os ex-escravos nas áreas urbanas e rurais. Em conclusão, somente uma formação social particularista (individualista) poderia efetivamente mudar a situação, através da iniciativa empresarial, da indústria e da derrubada do domínio oligárquico.
- 20 Se podemos atribuir a Silvio Romero a introdução formal nos círculos intelectuais da noção de "geografia social" (mesmo que de forma literária), ele não estava sozinho na busca por teorias ambientais que pudessem conter o fluxo de teorias racistas trazidas pela onda de cientismo e doutrinas do progresso que aportavam no Brasil na passagem do século.

Adaptação e abordagem etnográfica: a antropogeografia (nem meio físico nem raça, e sim o híbrido do território)

- 21 Todos os intelectuais brasileiros mencionados na Figura 1 estiveram envolvidos, num momento ou outro, em debates ferozes sobre o "estoque racial" do país (muitos deles eram mulatos). Cientistas brasileiros e estrangeiros tem escrito copiosamente sobre o tema, de modo que não precisamos recontar essa estória. Em vez disso, nosso foco é sobre o pensamento geográfico, ou melhor, sobre a heurística geográfica, e como ela ajudou a reduzir a ênfase na raça, e também no ambiente físico, ao dar status explanatório às relações entre eles num território dado. Para tanto temos que voltar um pouco atrás e delinear o "conglomerado ideológico" através do qual a antropogeografia foi introduzida no Brasil.
- 22 Já na década de 1870, Hippolyte Taine, Ernst Haeckel, Jacques Novicow, J-L. Armand de Quatrefages, para nomear somente alguns, eram com frequência citados em ensaios políticos e científicos brasileiros. O monismo, por exemplo, era uma palavra-chave, os seguidores da "variante haeckeliana do evolucionismo" sendo muito mais numerosos do que os simpatizantes da "variante spenceriana", o que se explica, aliás.
- 23 Em Haeckel, a visão otimista do progresso, o tratamento retórico dos conceitos darwinistas, a recusa de qualquer dualismo, entre o fenômeno natural e o cultural, em resumo, o "lamarckianismo social" como mais tarde foi chamada a corrente de idéias da qual Haeckel fazia parte, foi atrativa tanto para o pensamento conservador como progressista em contextos nacionais dos mais diferenciados (CAPEL, 1981; BERDOULAY, 1981; GOMEZ-MENDOZA et alli, 1982; LIVINGSTONE, 1992; RUPP-ELSENHEICH, 1992; LANDUCCI, 1992).
- 24 Embora os nomes de Lamarck e Darwin raramente sejam citados nos textos brasileiros, termos como "adaptação", "herança dos caracteres adquiridos", "luta pela vida", "seleção natural" ou "sobrevivência do mais forte" eram empregados livremente, em geral vinculados a avaliações da raça, do caráter nacional e do meio geográfico. No final do século XIX, grupos e indivíduos eram rotulados em termos de afiliação à uma ou outra das alternativas evolucionistas: "evolucionistas spencerianos", "evolucionistas haeckelianos", "transformistas", darwinistas. Nenhum desses rótulos foi aplicado ao estudioso brasileiro que primeiro mencionou a antropogeografia de F. Ratzel num texto publicado em 1904.
- 25 João Capistrano de Abreu (1853-1927) era um historiador autodidata, que havia ajudado a organizar os documentos históricos da Biblioteca Nacional, onde trabalhou durante a maior parte de sua vida. Firme seguidor do credo positivista na pesquisa empírica, ele se confrontou com a questão da adaptação do brasileiro ao seu habitat num estudo original do sistema colonial de colonização (1889). Uma exceção em meio de seus colegas francófilos, Capistrano conhecia os trabalhos de Leopold V. Hanke e de O. Peschel, tendo traduzido do alemão alguns livros de geografia, como O Homem e a Terra de Albert Kirchoff (Leipzig, 1901).
- 26 Num curto. artigo de divulgação (A Geografia no Brasil, escrito 1901; publicado, 1904), Capistrano faz uma comparação entre a prática dos geógrafos brasileiros, que consistia, segundo ele, na compilação de listas infundáveis de acidentes físicos e de lugares

- 27 para serem memorizados pelos alunos, e a prática científica dos naturalistas etnógrafos, geólogos e geomorfólogos estrangeiros no Brasil. Estes, embora adeptos da pesquisa, haviam ignorado a sociedade humana. Ao situar o homem e suas formas de vida no ambiente físico, Ratzel havia mudado as ciências naturais e fundado a "moderna geografia científica".
- 28 É certo que a abordagem etnográfica de Ratzel era eficaz contra o determinismo racial, embora não particularmente nova para os intelectuais brasileiros; muito menos o rnonismo e a noção de milieu. Inovadora era a heurística geográfica proposta pela antropogeografia. O holismo ambiental de Ratzel englobava e subordinava seu oposto, o componente individual/étnico, situando-o, ademais, em territórios delimitados e não num mundo abstrato, sem fronteiras. Este último sentido é que faz do pensamento ratzeliano um pensamento contextual (mesmo que o meio cósmico fosse o referencial maior), fortemente comprometido com a idéia de estado nacional. Assim, a influência do clima sobre o povoamento era temperada pela observação de que a influência climática não era a mesma em todos os estágios do desenvolvimento humano; ou que o trabalho e a permanência eram as melhores defesas em face do peso das influências climáticas. Igualmente relevante para aqueles que argumentavam contra o determinismo racial e a favor da formação de um "caráter nacional", era a adoção por Ratzel de teorias antropológicas que postulavam que os povos eram produtos da terra que habitavam, sendo assim mais aptos (adaptados) que qualquer outro a viver na terra que biologicamente os havia aperfeiçoado.
- 29 O uso da heurística geográfica para combater o pessimismo racial explica, ao menos em parte, porque tantos intelectuais e cientistas brasileiros se interessaram pela antropogeografia (MACHADO, 1995). Entre eles encontramos Edgard Roquette-Pinto (1884-1954).
- 30 A correlação entre fatos históricos e o caráter geográfico de uma região é a maior contribuição da antropogeografia à ciência, escreveu Roquette-Pinto num artigo em 1912 (O Brasil e a Antropogeografia). É também essencial às nações, pois convida ao estudo da terra, das plantas e dos habitantes de cada país. A abordagem etnográfica de Ratzel permitiu que ele visse a distribuição desigual dos tipos raciais como uma consequência das relações entre a terra e as restrições históricas. No Brasil, por exemplo, a maior densidade de afro-americanos era encontrada nas antigas zonas de mineração e de plantation. Seguindo esse modelo, Roquette propõe, então, que o país seja dividido em três zonas: a zona cabocla na faixa norte; uma segunda zona, de influência africana, que compreenderia a faixa atlântica e as áreas de mineração do interior; e a zona de influência européia, ao sul do Rio de Janeiro. Deveríamos seguir os ensinamentos de Jean Brunhes, agrega Roquette, e estudar cada grupo étnico em sua área geográfica precisa.
- 31 Por volta de 1920, o entusiasmo de Roquette-Pinto pela geografia não havia diminuído, porém ele se interessava cada vez mais pelas idéias antropológicas de Franz Boas, e também pela eugenia. Ao avaliar o clima intelectual do seu tempo (Seixos Rolados, 1927), afirmava que o conceito de seleção [natural] havia perdido força, e que o feroz antagonismo dos primeiros darwinistas havia sido gradualmente substituído pela abordagem ecológica, ou seja, que o princípio lamarckiano de adaptação orgânica ao ambiente havia finalmente prevalecido.
- 32 Com formação em medicina e carreira em antropologia, Roquette-Pinto foi membro das expedições da Comissão Rondon (1907-1913) à fronteira oeste, tendo publicado mais tarde

um famoso estudo sobre a população indígena e cabocla da região. Trabalhou no Museu de História Natural, que dirigiu durante muitos anos, e, em 1927, organizou o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

Adaptação interativa e geografia humana (pode um país de escravos se transformar em uma nação de trabalhadores sem o 'mecanismo' da competição?)

- 33 Um outro aspecto do debate sobre a modernização, que alimentava as discussões sobre a raça e, eventualmente, sobre o ambiente geográfico, merece uma atenção particular. O trabalho (no sentido de mão-de-obra) era uma questão evidentemente primordial para uma nação que havia recentemente se livrado da escravidão. A questão estava presente no uso que Romero fez de Le Play, e também na abordagem de Roquette-Pinto ao trabalho de Ratzel.
- 34 Compreender o status da mão-de-obra nas diferentes partes do país, como ela se adaptava ao ambiente geográfico, ou como o ambiente afetava sua capacidade de trabalho, eram questões bastante concretas naquele momento. Por certo, incluída no "mecanismo da adaptação", estava a questão de quão adaptável era a população brasileira ao trabalho e ao esforço contínuo, preteritamente associados à mão-de-obra escrava.
- 35 Além disso, a preferência pelos mecanismos de adaptação e até o simples uso da palavra-chave "adaptação" expressavam um ideal político-ideológico contraposto ao que se supunha serem as implicações políticas do darwinismo, ou seja, de que a chave da evolução e do progresso seria o mecanismo da competição e seu corolário, a seleção.
- 36 A importância para o programa científico de Vidal de la Blache das idéias neolamarckianas da adaptação, como um processo ativo dos organismos, e do papel atribuído ao esforço, à iniciativa e à cooperação humana, assim como a forma inteligente com que integrou as idéias de Darwin, já foram apontadas por historiadores do pensamento geográfico (BERDOULAY e SOUBEYRAN, 1984).
- 37 Nos textos brasileiros, no entanto, são muito raras as referências a
- 38 Vidal de la Blache. Somente na década de 1910 é que seu nome aparece, mesmo assim sem distinção clara entre suas idéias e aquelas da antropogeografia. Mencionou-se acima como um dos discípulos de Vidal tornou-se conhecido no Brasil antes do mestre, ou seja, desde o início do século. O papel de Jean Brunhes no desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil ainda não foi estudado, embora seu livro mais conhecido, *La Géographie Humaine* (primeira edição em francês, 1910; sucessivas edições até 1954) tenha sido usado por professores e universitários brasileiros até a década de 1960, e em francês! Brunhes é considerado como um dos introdutores da antropogeografia na França, embora se afirme que, mais tarde, tenha se afastado de Ratzel (BROC, 1977). Seja como for, para os intelectuais brasileiros que fizeram uso do seu nome e de suas idéias antes de 1910, portanto antes da publicação de *La Géographie Humaine*, Brunhes aparecia como um antropogeógrafo que enfatizava o papel do esforço, do trabalho e da indústria na adaptação humana ao ambiente físico.
- 39 Descrever as modificações humanas da ordem natural tornou-se parte de uma retórica especificamente elaborada para a apologia do trabalho e do esforço, um projeto que muitos reformistas consideravam estratégico no Brasil pós-escravista; isto talvez explique

a ampla aceitação da abordagem, quase pedagógica, de Jean Brunhes, ao uso dos recursos locais pelos grupos humanos.

"O ambiente físico por si só não é tudo; além do solo, do clima, dos rios e montanhas, temperatura e chuva, plantas e animais, nós devemos olhar para as atividades do homem, porque é ele que cultiva as plantas, domestica os animais, constrói túneis e irriga a terra, modifica os efeitos recíprocos da temperatura, do vento e da chuva, e crescentemente adapta a energia natural como o vapor e a eletricidade, às suas necessidades físicas, morais e intelectuais".

- 40 A citação acima foi extraída do artigo *As zonas geográficas brasileiras* (1908), escrito por Arthur Orlando (1858-1916) e publicado na *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*. Bacharel e literato, Orlando interessou-se pelas teorias climáticas no fim de sua vida. Discípulo de Silvio Romero e, como este, partidário das idéias de Spencer, Orlando aprecia, no artigo citado, as zonas sócio-geográficas de Romero e a distinção de zonas agrícolas de acordo com o uso comercial de plantas e animais, proposta por André Rebouças anos antes (ver MACHADO, 1995). Sem criticar seus predecessores, ele propõe um outro esquema classificatório das zonas geográficas brasileiras, baseado em Köppen e em Jean Brunhes. Köppen, climatólogo alemão que havia desenvolvido o sistema classificatório climato-botânico que leva seu nome em 1900 (edição completa, 1918), teve sua proposta divulgada na França pelo geógrafo físico, Ch. Flahaut, e é esta a fonte utilizada por Orlando.
- 41 O método de classificação climática de Köppen levava em consideração as plantas e animais domesticados, com o objetivo de mostrar a diversidade dos ambientes em cada zona climática, e como os níveis de civilização interferem no seu desenvolvimento. Para Orlando, a contribuição maior de Köppen era a de haver corretamente estabelecido que as zonas climáticas eram "totalidades" orgânicas, determinadas por elementos físicos e biológicos e pelas atividades do homem. Cada combinação particular criava uma paisagem, o habitat, onde as formas de vida se desenvolviam.
- 42 Se a abordagem ecológica de Köppen e sua idéia de optimum biológico eram essenciais para a taxonomia das paisagens, o método de Jean Brunhes era complementar, ao enfatizar a fisionomia da vegetação: as plantas, enraizadas no solo, se subordinavam, mais do que qualquer outra forma viva, ao ambiente, ocupando extensas áreas devido à sua fixação; por esse motivo, as formações fitogeográficas constituíam "pequenas totalidades" que revelavam o efeito decisivo do meio. Como no Brasil não havia pesquisa sobre as formações vegetais, nenhuma classificação rigorosa das zonas geográficas seria possível, mas Orlando sugere que uma classificação baseada na fisionomia dominante da vegetação revelaria três grandes zonas geográficas: o sertão (zona seca); os campos e a floresta tropical. Cada uma delas apresentaria uma situação econômica e "intelectual" (cultural?) diferente.
- 43 Anos mais tarde, a tentativa de Orlando de distinguir zonas geográficas no Brasil rural foi retomada e desenvolvida por um outro bacharel e literato, muito mais famoso e influente do que Orlando jamais foi, Francisco de Oliveira Viana (1885-1951). Num estudo histórico do processo de povoamento do Sudeste brasileiro (*As populações meridionais*, 1920), Oliveira Viana faz sua primeira tentativa de aplicar as idéias da antropo-geografia e da antropo-sociologia à interpretação das realidades brasileiras. Seu propósito declarado era provar quão errada era a concepção do povo brasileiro como uma massa homogênea.
- 44 Existiam no Brasil três grandes regiões (o sertão; os campos, as florestas); cada uma delas havia sofrido pressões históricas e sociais diferentes, o que havia gerado tipos sociais

específicos e uma diversidade de habitat. Uma delas, correspondente às florestas do Sudeste brasileiro, tornou-se o centro de gravidade da política nacional desde a Independência, em virtude da contiguidade geográfica do principal ecúmeno agrícola à sede do governo nacional. Estava claro, portanto, que esta situação privilegiada dava a seus habitantes uma certa preponderância sobre as outras regiões, donde sua seleção para organizar e dirigir a formação da nacionalidade brasileira.

- 45 A função organizadora do Sudeste seria fundamental para a evolução política, pois o Brasil não era ainda uma nação, e sim uma "incoerente, desintegrada, indisciplinada e instável massa de população", com laços muito tênues com sua própria terra. Por isso, argumenta Oliveira Viana, a fórmula spenceriana de que as sociedades humanas evoluem de uma homogeneidade incoerente é indefinida para uma heterogeneidade coerente e definida estava errada. Era exatamente o oposto a verdade, como havia postulado a teoria
- 46 social de Gabriel Tarde³. Os intelectuais deveriam parar de pensar que a sociedade brasileira seguiria os passos das sociedades européias e norte-americanas: uma vez que as condições nacionais eram inteiramente outras, a evolução se daria em sentido diferente, ou seja, da heterogeneidade caótica para a homogeneidade coerente. É preciso notar que a referência implícita de Viana, assim como o foi para Tarde, é o estado nacional e não as regiões subnacionais.
- 47 Ao contrário do ambiente social, que resiste muito mais as mudanças, os tipos sociais não eram fixos. No caso brasileiro, a população mestiça era predominante, o que era um problema, pois as leis antropológicas já haviam provado que os mestiços tendem a herdar o pior e não o melhor de seus ancestrais (citando Gobineau). No entanto, processos seletivos resolveriam a questão pela eliminação dos tipos sociais inferiores (citando Vacher de Lapouge) e o conseqüente branqueamento progressivo da população. Resolvida a questão racial, Oliveira Viana se volta para o "verdadeiro desafio": a modificação do meio social.

Essencialismo geográfico⁴, clima e civilização (brasileiros para nós mesmos, tropicais para o resto do mundo)

- 48 Na conhecida introdução ao Recenseamento de 1920, mais tarde publicada como livro (Evolução do Povo Brasileiro, 1922), Oliveira Viana começa com uma avaliação crítica das idéias de Spencer, de Haeckel, e dos positivistas, para depois expandir suas idéias sobre a evolução histórica da sociedade, da raça e das instituições brasileiras. As partes iniciais, que tratam da sociedade e da raça, se fundamentam na antro-sociologia de Lapouge e na teoria político-psicológica de Gustave Le Bon⁵.
- 49 Na última parte do livro, que trata da evolução das instituições políticas, é onde, segundo o próprio Viana, ele mostra a importância da geografia na história brasileira. Primeiro, o problema de uma base territorial extensiva, de povoamento disperso e com mínima circulação social e política: as ilhas de população eram isoladas e sua sobrevivência dependia dos recursos locais e do poder das oligarquias; esse problema representaria "a ação desintegradora dos fatores geográficos", responsável pela fragmentação do poder governamental. Segundo, fatores geográficos haviam causado a diferenciação do povo, forçando sua adaptação às condições locais e criando tipos de organização política ajustados aos "particularismos" regionais. Terceiro, fatores sociais também haviam

contribuído para a heterogeneidade da organização primitiva do Brasil, na medida que esta derivou da diversidade étnica e política. Por isso, no Brasil, a luta não era entre indivíduos, e entre grupos, a luta era contra as forças centrífugas, representadas pelos fatores geográficos e suas conseqüências históricas, o "paróquialismo" e o "localismo". O novo regime republicano estava no caminho certo, quando estimulava as forças centrípetas (colonização e desenvolvimento dos meios de comunicação). O resultado seria o fortalecimento do governo central e da unidade nacional.

- 50 Na segunda edição do livro (1932), Viana agrega um capítulo introdutório intitulado "O conceito, moderno de evolução social", ainda na linha de Gabriel Tarde de que não existe uma "evolução linear" e sim uma pluralidade de caminhos evolutivos, em certa medida independentes uns dos outros, configurando cada sociedade nacional. Igualmente importante para o Brasil seria a tese do historiador francês Henri Berr, sobre o papel dos eventos aleatórios na história. O pensamento dos geógrafos mereceu de Viana uma discussão mais elaborada.
- 51 Os grupos humanos apresentam aspectos similares devido à força da civilização, mas isso não implica que sejam idênticos, como acreditavam os idealistas. A crença idealista alimentava a infeliz tendência de imitar instituições estrangeiras em vez de desenvolver políticas orgânicas fundamentadas nas peculiaridades nacionais.
- 52 Mais importante ainda para a explicação da imensa variação de caminhos evolutivos é o papel do meio cósmico. No entanto, Viana rejeita o "fatalismo geográfico" de Ratzel, em troca do "possibilismo" de Vidal de la Blache e de seus discípulos, que atribui ao ser humano a força da inteligência capaz de restringir a força bruta do determinismo do meio físico, que o reduziria à mero instrumento mecânico. De outro lado, pondera Viana, o próprio Lucien Febvre era obrigado a reconhecer que o ser humano jamais se libertará inteiramente das influências do meio.
- 53 A mensagem de Viana é bastante óbvia, porém serve para sublinhar sua tentativa de integrar a interpretação que Lucien Febvre faz do pensamento Vidaliano (*La Terre et l'évolution humaine*, 1922, com prefácio de H. Berr) sem, contudo, modificar o essencial de sua tese. Isso se torna mais claro quando introduz no texto as idéias de Ellsworth Huntington, de Ellen Semple e de Courcy Ward.
- 54 Huntington havia provado, diz Viana, quão susceptível são os agregados humanos às micro-variações meteorológicas. Essas variações eram responsáveis por diferenças locais que, com a passagem do tempo, se difundiriam e englobariam a totalidade da estrutura social. O jogo sutil dessas variações estabeleceria diferenças irreduzíveis entre os agregados humanos, mesmos quando estes pertencessem à mesma civilização. Na ânsia de provar sua tese, tão próxima ao essencialismo geográfico, Oliveira Viana não dá maior importância ao julgamento de Huntington sobre os países tropicais, ou seja, de que estes apresentam condições climáticas e raciais que os condenavam a permanecer na retaguarda da humanidade. Na realidade, afirma Viana, o ambiente tropical e a tropicalização de tantas raças exóticas no Brasil era mais do que qualquer outra coisa, uma questão prática: sua solução não dependia de fontes externas e sim de um programa nacional de reformas políticas, etc, etc. Com efeito, Oliveira Viana participou ativamente do desenho das reformas institucionais do Estado-Novo, que incluiu a fundação do Conselho Nacional de Geografia.

O fim que é o começo

- 55 As idéias de Huntington, que pareciam definitivamente enterradas, foram recentemente revividas. Em livro de 650 páginas, um conceituado historiador norte-americano propõe-se explicar a riqueza e a pobreza das nações, iniciando sua análise com a geografia, mais precisamente, com as idéias de Huntington (LANDES, 1998). Huntington, escreve David Landes, estudou como a geografia, especialmente o clima, influencia o desenvolvimento humano, porém contribuiu para a má fama da disciplina por ter simplesmente usado as idéias tradicionais da geografia moral. O motivo, diz Landes, pelo qual a geografia "emite um odor sulfuroso de heresia é porque ela nos obriga a encarar uma verdade desagradável, a saber, que a natureza, como a vida, é injusta, desigual nos seus favores; mais ainda, que a injustiça da natureza não é facilmente remediada. Em resumo, a geografia é portadora de más notícias, e todos sabem o que se faz com esse tipo de mensageiro".
- 56 Qualquer que seja o destino dessa retornada do pensamento ambientalista-naturalista, ele serve como um lembrete de que a história do pensamento geográfico não é um exercício fútil, que simplesmente trata de "acordar os mortos" (BARNETT, 1995). Velhas questões, como más idéias não morrem com facilidade.
- 57 No plano interno, é possível argumentar, como tentamos fazer no decorrer deste trabalho, que o pensamento geográfico teve seu papel na tradução das idéias em circulação em outros lugares do mundo, e na elaboração de estratégias e modelos julgados pelas passadas gerações como sendo os mais 'adaptáveis' à situação brasileira.
- 58 Hoje, como ontem, no desenho que foi emergindo do tecido cultural-político brasileiro, está formalmente ausente o "mecanismo da competição". Avançamos aqui algumas hipóteses sobre o porque desta ausência e as estratégias que foram desenhadas para garantir que essa ausência fosse diluída no plano das idéias antes que pudesse surgir como força de mudança no plano da realidade. Não importa que o privilégio seja um 'mecanismo' de (escamoteada) competição, ou que a competição entre indivíduos, instituições, idéias, regiões faça parte do dia a dia sem com isso destruir a possibilidade de emergência de processos cooperativos. Até hoje, a pretensa atitude de nojo ou mesmo a farsa que cerca a questão da competição entre os membros da elite do país sugere que o projeto de modernização elaborado por alguns dos nossos antepassados teve um êxito muito além do que eles poderiam imaginar ou mesmo, quem sabe, desejar.
- 59 Pretendemos mostrar também que, assim como o envelhecido debate das 'idéias fora e no lugar' pode ser hoje re-interpretado com a ajuda de novos instrumentais analíticos, outros temas e questões também merecem ser reavaliados a partir de processos e modelos talvez mais áridos, porém também mais ricos em possibilidades.

BIBLIOGRAPHY

- BARNETT, C.(1995). "Awakening the dead: who needs the history of geography?" Transactions Institute of British Geographers NS 20
- BERDOULAY , V. (1981). La formation de l'École Française de Géographie. Biblioteque Nacional, C.T.H.S., Paris
- BERDOULAY , V., SOUBEYRAN, O.(1984). "Lamarck, Darwin et Vidal: aux fondements naturalistes de la géographie humaine". Annales de Géographie, n° 561-562
- BROC, N. (1977). "La géographie française face à la science allemande (1870-1914)". Annales de Géographie n° 473
- CAPEL, H. (1981). Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea. Barcanova, Barcelona
- COSTA, J. C. (1956). Contribuição à História das Idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro, José Olympio Ed.
- GÓMEZ-MENDOZA, J., J. MUÑOZ, N. ORTECA (1982). El pensamiento geográfico. Alianza Editorial, Madrid
- HOLLAND, J. H. (1998). Emergence. From Chaos to Order. Addison-Wesley, Reading (Mass.)
- LANDES, D. S. (1998). The Wealth and Poverty of Nations. Why some are so rich and some so poor, W.W.Norton, New York
- LANDUCCI, G. (1992). "Darwinisme et nationalisme en Italie". In P.TORT (ed). Darwinisme et Société, PUF, Paris
- LIVINGSTONE, D.N.(1992). The Geographical Tradition. B1ackwell, London
- MACHADO, L. (1995)."Meio tropical, espaços vazios e a idea de ordem". In I.CASTRO et alli, Geografia. Conceitos e Temas, Bertrand, Rio de Janeiro
- NACHMAN, R.G.(1977). "Positivism, Modernization and the Middle class in Brazil". Hispanic American Historical Review 57(1)
- RUPP-EISENREICH, B. (1992). "Le darwinisme social en Allernagne". In P.TORT (ed). Darwinisme et Société, PUF, Paris
- SCHLANGER, J. (1971). Les métaphores de l'organisme, L'Harmartan, Paris, reimp.1995
- TORT, P. (1989). La raison classificatoire. Aubier, Paris

NOTES

1. A primeira versão deste trabalho foi publicada na revista Finisterra vol. XXXIII, n. 65, Lisboa, 1998. Foi posteriormente apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio Claro (SP), 09-12 de dezembro de 1999.
2. No Brasil, spencerianismo designava o conjunto de idéias de Herbert Spencer. Somente no final do período que estamos estudando é que começa a se consolidar a caracterização dessas idéias como darwinismo social.

3. A teoria social de Gabriel Tarde (1843-1904) postulava a importância dos processos simbólicos e miméticos no desenvolvimento social, assim como a idéia de que o progresso nada mais era do que uma luta incessante contra o ambiente, correndo a degeneração das formas de vida caso fosse adotado um estilo de vida menos ativo (como no caso dos parasitas). Sociólogo e estudioso do comportamento criminal as idéias darwinistas sociais de Tarde se difundiram por toda a Europa na passagem do século, porém seu lugar na história da ciência se deve à sua teoria sobre a imitação e a relação da imitação com a difusão das idéias criadoras.

4. A idéia de que existem espaços geográficos com ambientes endógenos, radicalmente diferentes, que podem ser definidos com base em alguma religião, cultura ou essência racial, própria àquele espaço.

5. G. Vancher de Lapouge (1854-1936) se situa em um dos cruzamentos das correntes social-darwinistas européias (conhecida como “struggle school”); sua antro-po-sociologia associava idéias socialistas, ambientalistas e racistas ao mecanismo de seleção natural (“selecionismo socialista”). Gustave Le Bon (1841-1931) era outro darwinista social cujas idéias eram não só racistas, mas decididamente pessimistas quanto ao futuro da civilização. Pensadores críticos latino-americanos, entre eles Alcides Arguedas, Carlos Bunge e Manoel Bomfim, se identificaram com seu pessimismo e, principalmente, com sua transposição para o campo político do vocabulário que descreve patologias médicas.

INDEX

Geographical index: Brasil

Chronological index: 1890, 1930

AUTHOR

LIA OSÓRIO MACHADO

Departamento de geografia, UFRJ/CNPQ.

liam@openlink.com.br